



MANUAL DA



CALOURA

2014



ÍNDICE

Bem-vindas!	02
Por que um Manual da calourA?	02
Machismo? Isso já não havia acabado?	03
Luta das mulheres: o que passou e o que Está por Vir.....	05
As mulheres na Universidade	08
Uma breve história	08
As mulheres na Universidade hoje	10
A mulher trabalhadora	10
A mulher negra	12
A mulher lésbica	14
A permanência estudantil para mulheres	17
Divisão sexual dos cursos	21
As mulheres no Movimento Estudantil	22
A violência sexista	25
O que é a violência contra as mulhres?	25
Basta de mortes por abortos clandestinos!	29
A violência na Universidade	30
O trote machista – nós dizemos não!	31
O assédio sexual na Universidade	32
A segurança	33
O que fazer?	35
Auto-organização	37
ColetivAs feministas da USP	39
Glossário	40
Termos Usados no Movimento Estudantil (ME) e/ou no Movimento Feminista.....	43
Calendário feminista	44
Informações e contatos úteis	45

BEM-VINDAS!

Caras calouras,
Sejam bem-vindas à Universidade!

Vocês certamente devem estar empolgadas com essa nova etapa de suas vidas. Um novo ambiente, novas aulas, outros colegas, professores e, principalmente, o fim do estresse do vestibular, que agora cede a uma enorme euforia pela conquista. Nós, da Frente Feminista da USP, não podemos fazer outra coisa além de parabenizá-las.

Certamente, há muitas ideias que temos da Universidade antes de entrar nela. Não se assuste, porém, com o fato de que muitas dessas ideias podem ser derrubadas logo nos primeiros momentos da vida universitária, pois o que se ganha e o que se vive aqui dentro, mesmo em meio a tantos problemas e dificuldades, tem um valor incalculável.

Para que vocês entrem com um pouco mais de informação e já conhecendo um pouco mais da Universidade, fizemos esse Manual da Caloura.



Uma das ideias que às vezes fazemos da Universidade é que ela é um lugar em que reina o pensamento crítico e que aqui encontraremos aqueles responsáveis pela construção de uma nova sociedade, sem as contradições de hoje – entre elas, preconceitos como o machismo.

No entanto, a Universidade não está separada do restante da sociedade e, portanto, também está sujeita aos seus problemas.

Muitas situações constrangedoras e opressoras que nós mulheres vivemos e que pensávamos não existirem no ambiente Universitário existem, inclusive na USP.

Podemos observar que, ao contrário do ensino médio e fundamental, há menos professoras na universidade, apesar de sermos maioria no corpo estudantil. Também é menor a participação das mulheres nas instâncias acadêmicas em geral, como mestrado ou doutorado. Seria tudo isso mera coincidência?

Esses não são exemplos isolados, são situações que se repetem no cotidiano das estudantes. Por isso, nós da Frente Feminista acreditamos que é de fundamental importância incentivar o debate e desnaturalizar a opressão sofrida por nós, mulheres, também no ambiente universitário. O Manual da Caloura tem este objetivo: refletir sobre o machismo que tantas vezes nos passa despercebido e propor uma resposta. Nós somos mulheres estudantes como vocês, e acreditamos que é necessária nossa organização e ação coletiva para mudar essa realidade.

MACHISMO?

Isso já não havia acabado?

Hoje, em pleno século XXI, podemos ver tudo que a mulher conquistou no século passado. Trabalhamos, podemos ingressar em universidades, ser independentes economicamente, participar da vida pública e até mesmo ser presidentas, como a que temos no Brasil atualmente.

Porém, essas conquistas não podem nos enganar e nos fazer acreditar que não há mais machismo na sociedade. Os grandes avanços da situação da mulher na sociedade foram ganhos com

muita luta, mas não podemos dizer que hoje há uma igualdade entre os sexos. A desigualdade salarial entre homens e mulheres, a dupla e até tripla jornada de trabalho feminina, a violência contra as mulheres, noticiada todos os dias nos jornais, e a visão das mulheres enquanto objetos sexuais que servem aos desejos dos homens são evidências claras de que ainda há muito a ser conquistado.

O machismo é uma forma de opressão e exploração, que coloca o sexo feminino como submisso, em benefício dos homens, e para afirmar essa desigualdade se criam ideologias, isto é, falsas ideias. A principal ideologia propagandeada pelo machismo é a de que a mulher é inferior ao homem (mais burra, desequilibrada, frágil, dependente) e por isso deve receber menos, servir e obedecer ao homem e cuidar do trabalho não pago, como das tarefas domésticas e das crianças.

O feminismo nada mais é que a luta pela igualdade entre homens e mulheres. Essa luta ainda é muito atual, e, por esse motivo, existem diversos movimentos feministas no mundo inteiro e na USP. Muitos materiais são feitos para as/os calouras/os, porém pensados de maneira universal, como se não houvesse diferenciação de sexo. Por isso, fizemos este manual, com a intenção mostrar a vocês, calouras, o quão importante é a nossa luta.

Boa leitura!





Antes de discutir a situação da mulher na Universidade, achamos importante ressaltar que esse ano de 2014, assim como o de 2013, não será um ano comum. Se em junho passado ocorreram grandes manifestações de rua em todo o Brasil, com foco na reivindicação de redução das passagens dos transportes, a sequência dessas lutas demonstrou outras carências nos setores sociais brasileiros, distantes de serem sanadas, e que também foram enfrentadas nas ruas (vide o caso da greve dos professores no Rio de Janeiro).

As mulheres, deve ser destacado, não tiveram papel secundário nessas lutas. Estiveram também nas ruas, enfrentando a repressão policial (que foi grave em diversas cidades), na luta pelos direitos da população, e colocando pautas próprias. Nesse caso, pode-se citar a luta contra o estatuto do nascituro – lei que tramita no Congresso que visa a igualar os direitos de um embrião a do cidadão em geral, com o objetivo de fechar o cerco e criminalizar ainda mais as mulheres que abortam. Também pode-se citar o papel das mulheres lésbicas na luta contra os projetos lesbo/homofóbicos da “cura gay” e contra a presidência conservadora-religiosa da Comissão dos Direitos Humanos. Também as mulheres negras estiveram em luta: esse foi um ano de luta pela ampliação das políticas de cotas em vários lugares do Brasil (no caso da USP, tratou-se da luta contra projeto racista de acesso chamado PIMESP), além da conquista da “PEC das

domésticas”, que ampliou os direitos das empregadas domésticas, que, como sabemos, é uma categoria majoritariamente feminina e negra.

Em todas essas lutas as mulheres estiveram presentes, contrariando a ideia comum de que o espaço público e a luta política não lhes pertencem. Tiveram, além disso, muitas vezes que enfrentar o machismo mesmo nesses espaços de luta, o que é sempre uma preocupação para o movimento organizado de mulheres.

Em 2013, o movimento estudantil da USP encampou também uma mobilização com a reivindicação de maior democracia na Universidade. O esforço da Frente Feminista nesse processo foi de garantir voz tanto às mulheres que desejavam participar, mas se sentiam sem espaço (nesse sentido denunciávamos ações e posturas machistas do movimento), quanto às reivindicações específicas das mulheres, como vagas na

Sobre a PEC das Domésticas

A Proposta de Emenda à Constituição nº 66 de 2012 ratifica a Convenção 189 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Para tanto, altera a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e demais trabalhadores urbanos e rurais.

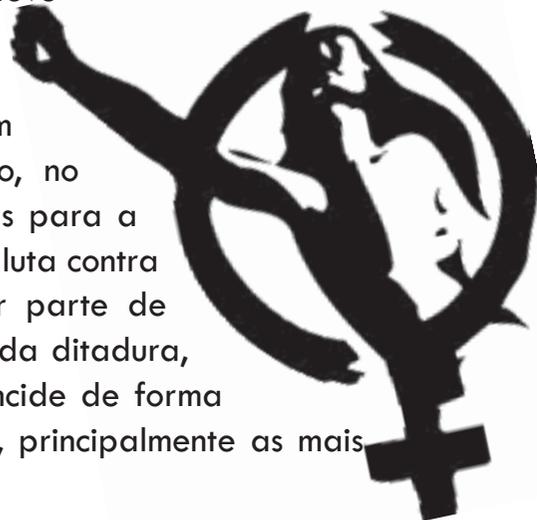
A discriminação e a exploração baseadas em gênero e raça funcionam como eixos estruturantes dos padrões de desigualdade e exclusão social no país. Isto pode ser observado com muita nitidez no mercado de trabalho, no qual as mulheres, especialmente as mulheres negras, vivenciam as situações mais desfavoráveis. A PEC das domésticas corresponde a uma vitória, pois visa assegurar direitos trabalhistas básicos a uma população historicamente desqualificada, a qual iguala os direitos trabalhistas da categoria de domésticas aos direitos dos demais trabalhadores. O volume de emprego doméstico na ocupação total das mulheres negras é pelo menos o dobro que o seu peso no total da ocupação das mulheres não-negras.

No entanto, apesar dessa aprovação do projeto que regulamenta a PEC das Domésticas em julho passado, é necessária a aprovação de um segundo bloco de medidas da regulamentação do trabalho doméstico, em análise na Câmara dos Deputados. O primeiro bloco fez valer direitos como, por exemplo, carga horária diária de trabalho de 8 horas; ainda precisam ser regulamentados Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), auxílio-doença, salário família, seguro-acidente de trabalho, adicional noturno, assistência gratuita a dependente até cinco anos em creches e pré-escolas e seguro-desemprego. Ou seja, algumas regras ainda precisam ser aprovadas pelos deputados federais para entrar em vigor (podendo ser alterado nesse processo o texto que já foi aprovado no ano passado).

moradia para mães, creches e medidas contra assédio e agressões machistas em geral.

O ano de 2014 chega com a expectativa de desenvolvimento de todas as lutas travadas no ano passado e mais algumas. A copa do mundo certamente será um elemento que exigirá atenção do movimento feminista nos próximos meses. A copa das confederações no ano passado já ocorreu sob protestos em várias cidades brasileiras, os investimentos, as remoções e as leis de exceção (com a lei antiterrorismo) sofrem dura oposição pela população em geral. No caso do movimento feminista, há ainda outro ponto que deve ser destacado e combatido: o tráfico de mulheres para prostituição, o qual, além de ser comum nos ambientes de grandes obras (como os estádios da copa), tende a crescer exponencialmente em um contexto de turismo sexual favorecido pela copa. O movimento feminista deve exigir medidas fortes contra essa exploração criminoso do corpo das mulheres.

Por fim, vale lembrar também que no próximo ano se completam 50 anos desde o golpe militar de 1964, o que é um marco que deve levar à reflexão sobre a história recente do Brasil. As mulheres estiveram também em luta contra a ditadura, e a repressão sobre elas certamente teve agravantes, como o machismo e a violência sexual e obstétrica (no caso das mulheres que tiveram filhos na prisão). Essa reflexão, no entanto, deve servir não apenas para a memória, mas para fortalecer a luta contra os abusos ainda existentes por parte de instituições herdadas da época da ditadura, como a polícia militar, a qual incide de forma diferenciada sobre as mulheres, principalmente as mais marginalizadas.



Há muitas mulheres em luta contra a opressão existente sobre elas, e conseqüentemente contra todos os tipos de opressão. O próximo ano será importante para consolidar algumas vitórias e avançar em nossas pautas. Esse manual traz alguns primeiros apontamentos, para refletir sobre as necessidades das mulheres na sociedade e na universidade.



Uma breve história

Hoje em dia, nós, mulheres, temos alguns direitos garantidos (ao menos no papel), como o direito ao voto. Na universidade, somos maioria entre os estudantes, sendo amplo o acesso feminino ao Ensino Superior. Isso tudo, porém, teve de ser conquistado, pois nem sempre foi assim: a mulher de antigamente não tinha acesso à educação. As mulheres negras tinham seu aprendizado no trabalho e na violência da escravidão; já sobre a mulher branca predominava a ideia e a regra de que era preciso ser, em primeiro lugar, a mãe, o pilar de sustentação do lar - e, para isso, não precisaria de uma educação que fosse muito além dos valores morais e habilidades domésticas que a moldariam para essa tarefa.

Curiosamente, no final do século XIX, na França, o verbete “étudiante”, substantivo feminino, constava nos dicionários franceses como “uma espécie de gíria” que designava as jovens trabalhadoras e prostitutas moradoras do Quartier Latin, o bairro universitário. Ou seja, aquelas com quem os estudantes homens desejavam dormir, não dividir turma.

Muitas mulheres precisaram brigar para ter a permissão de cursar o Ensino Superior. Luciana de Abreu (1847 – 1880),

educadora e escritora, por exemplo, foi uma das primeiras mulheres a falar em público, tendo discursado na Sociedade Partenon Literário para defender o direito das mulheres à instrução superior. No final do século XIX, no II Império, mais especificamente no ano de 1879, foi assinado um decreto que abria as Universidades para as mulheres. Antes, a presença da mulher em cursos superiores era permitida somente no curso de Partos.

Esse direito, porém, foi garantido primeiramente só para algumas mulheres: as mulheres brancas e das classes mais abastadas. O direito à educação foi, durante muito mais tempo, negado às mulheres negras - que hoje ainda sofrem dificuldades na entrada e permanência nas universidades, como veremos no próximo tópico.

A partir daí, a entrada das mulheres na Universidade é lenta e gradual. Dados mostram que só em 1902 se forma a primeira mulher na Faculdade de Direito – São Francisco; em 1911, a segunda; em 1918 diplomam-se as primeiras mulheres na Faculdade de Medicina de São Paulo; e é apenas em 1928 que uma mulher ingressa na Escola Politécnica de São Paulo.

Somente nos anos 1970 há uma entrada massiva de mulheres na Universidade, ainda que esse direito fosse teoricamente garantido desde o século XIX. Essa entrada, no entanto, se dá principalmente nos cursos tidos como “femininos”, considerados mais relacionados com funções de cuidado, como Letras, Pedagogia e Enfermagem. Enquanto isso, a presença masculina é maior nos cursos de Engenharia, Economia, Administração, entre outros.

A “guetização” das mulheres em determinados cursos ainda é grande atualmente, havendo muitas semelhanças entre a atual situação e aquilo que é passado – guardadas as devidas proporções - como quanto a ideia de que determinados cursos são femininos e, outros, masculinos, e os preconceitos sofridos a partir

disso. Embora muito tenha sido conquistado, demais semelhanças e dificuldades mostram que há muito o que se fazer a respeito da condição das mulheres na Universidade, principalmente no que se refere ao acesso e à permanência.

As mulheres na Universidade hoje

A Mulher Trabalhadora

A sociedade capitalista é dividida em classes sociais com interesses opostos: o patrão, que lucra com a exploração do trabalho de um lado; e o trabalhador, que sofre a exploração do trabalho de outro. A mulher trabalhadora, além de sofrer com a exploração de sua força de trabalho pelo capitalista, sofre com o sistema patriarcal, com a qual sofrem todas as mulheres, independente do lugar socioeconômico que ocupam na sociedade. A dupla opressão que sofre a mulher trabalhadora impõe os piores postos de trabalho e salários, com a divisão de trabalho por gênero.

Atualmente, no Brasil, os homens ganham em média 27% a mais que as mulheres. Quando se trata da mulher negra a diferença salarial é maior ainda. São as mulheres que mais sofrem com a precarização do trabalho, enfrentando a dupla (ou até tripla) jornada. O trabalho doméstico é tido como um serviço



apenas da mulher, já que, historicamente, a tarefa de reproduzir a força de trabalho e de cuidar dos idosos, crianças e lares é tido como um trabalho não remunerado e feminino.

Essas trabalhadoras, que possuem jornadas de trabalhos extenuantes e salários de fome, ainda sofrem uma enorme repressão por parte das chefias. Elas estão mais suscetíveis ao assédio moral e sexual, além da violência física. No caso das terceirizadas é ainda pior, pois muitas vezes saem de suas casas ainda de madrugada, por mal ganharem vale transporte, indo muitas vezes a pé para o serviço, passando por locais mal iluminados e perigosos, além do transporte público precário e lotado em que todas as mulheres sofrem com os assédios cotidianos.

Na nova divisão mundial do trabalho, advinda do neoliberalismo, a classe trabalhadora em geral passou por um corte de direitos trabalhistas conquistados com as lutas operárias das décadas anteriores. Um dos setores que mais sofrem com a terceirização do trabalho (em que a empresa pode contratar outra empresa para as “atividades-meio”, com o claro intuito de reduzir gastos com a força de trabalho) é a limpeza, onde a maioria da categoria, atualmente, é terceirizada e composta por mulheres.

Na USP há um recente histórico de lutas de trabalhadoras terceirizadas que entram em greve pelos direitos mais elementares de uma trabalhadora/or que são os atrasos ou não pagamento de salários. A experiência de luta dessas trabalhadoras as coloca a questionar, de conjunto, o papel que cumprem dentro da universidade, onde são invisíveis por toda a comunidade acadêmica, visto a desvalorização do serviço de limpeza.

Essas mulheres também questionam o papel que os maridos cumprem dentro de suas casas: quando começam a ser protagonistas políticas de suas próprias vidas, eles a pressionam para ficar em casa para fazer comida e manter a casa em ordem, pois o lugar

“da mulher” é em casa e não fazendo greve e protestando por melhores condições de trabalho e direitos.

A luta pelos direitos das mulheres está indissociável da luta por uma sociedade sem exploração, sem opressão e sem machismo. As mulheres devem ser linha de frente das demandas mais sentidas por elas: creches, restaurantes e lavanderias públicos para o fim da dupla jornada de trabalho; salário igual, trabalho igual; descriminalização e legalização do aborto; livre sexualidade, etc.

Nesse sentido, o papel da mulher da classe trabalhadora na transformação da sociedade em geral e na luta pelos direitos da mulher em particular, é fundamental. Hoje as mulheres são metade da classe trabalhadora e da população em geral, sofrem duplamente com o velho, e estarão – como estiveram nos processos revolucionários da história da humanidade – na linha de frente de lutar pelo novo, ao lado de todos os povos explorados e oprimidos.



A mulher negra

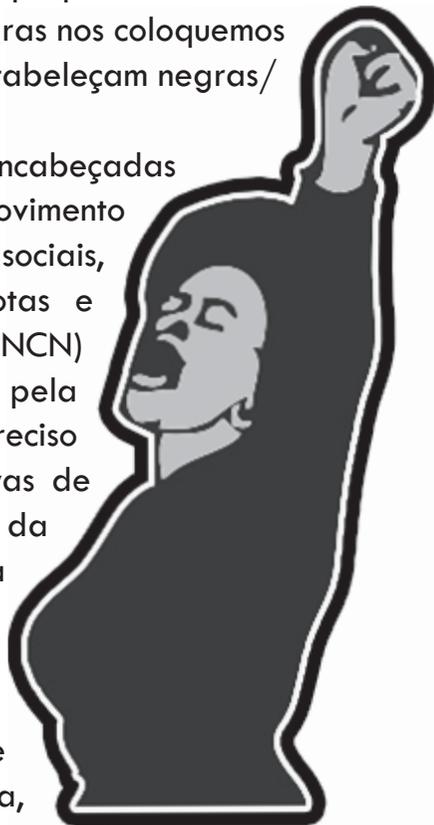
Dentro da luta feminista, devemos ter cuidado e atenção especiais à questão da mulher negra. Somos mulheres que, além de lidarmos com o sexismo, somos oprimidas pelo preconceito racial. É o caso, por exemplo, da propaganda machista e racista veiculada pela cervejaria Devassa, na qual o chopp escuro e encorpado era comparado à mulher negra com a frase: “é pelo corpo que se reconhece a verdadeira negra”. Essa frase sintetiza muito bem a situação delicada à qual nós negras estamos expostas: a objetificação de nossos corpos é acentuada pelo histórico de opressão e escravidão das/os negras/os. Ou pela expressão

antiga que tem se tornado novamente popular “não sou tuas nêga”, onde subentendesse que à “nega” é permitido humilhar, maltratar e molestar. Infelizmente essa lógica opressiva persiste mesmo na Universidade: somente no ano passado o Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, resolveu romper com a tradição de contratar mulheres negras para animar a tradicional festa da Peruada.

Nós mulheres negras, ao ingressarmos na universidade pública, enfrentamos a dura realidade da universidade elitista, racista e sexista, na qual o espaço majoritariamente reservado para nós é o dos empregos terceirizados e precarizados, ou o de “ornamento para festas”, e não o da sala de aula, seja como alunas ou como professoras. Diante dessa situação, é fundamental que, assim como todas e todos que se propõem a combater as várias formas de opressão, nós negras nos coloquemos em luta por ações afirmativas que estabeleçam negras/os na Universidade.

Uma das lutas que devem ser encabeçadas pelo Movimento Feminista e pelo Movimento Estudantil é a luta por cotas raciais e sociais, em conjunto com a Frente Pró-Cotas e o Núcleo de Consciência Negra (NCN) – entidade que há 25 anos luta pela igualdade racial dentro da USP. É preciso que a USP tenha políticas afirmativas de inclusão da população negra dentro da Universidade, para revertermos uma situação de desigualdade que afeta principalmente as mulheres negras.

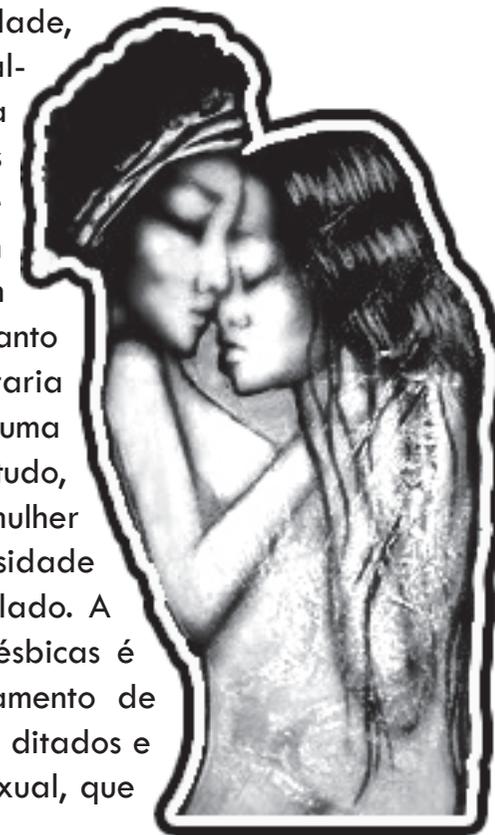
A divisão racista e sexista do trabalho deve ser denunciada e combatida. Nós, da Frente Feminista,



pretendemos realizar atividades e campanhas em conjunto com o NCN e a Frente Pró-Cotas Raciais da USP, para pensar e aprofundar a questão das cotas. Principalmente no ano de 2014, quando as políticas de ações afirmativas e de reparação histórica deverão voltar ao debate público brasileiro, com reais possibilidades de mudanças na Universidade de São Paulo.

A mulher lésbica

Podemos nos perguntar: qual a relação que podemos traçar entre o feminismo e a violência que mulheres lésbicas enfrentam? Primeiramente, é preciso compreender que a violência às mulheres lésbicas é uma forma de violência sexista, isto é, visa empreender uma relação de poder sobre as mulheres. As lésbicas, em nossa sociedade, contestariam a divisão social-sexual de gênero, que estipula determinadas exigências diferenciadas para homens e mulheres – tais exigências, em última instância, pressupõem a heterossexualidade enquanto modelo social. A lésbica contestaria a noção de que esta é uma regra natural e, acima de tudo, afirmaria a existência da mulher autonomamente, sem a necessidade de possuir um homem ao seu lado. A violência contra as mulheres lésbicas é um sintoma direto do confinamento de mulheres e homens em modelos ditados e ligados pelo modelo heterossexual, que



em última instância dizem respeito à manutenção das mulheres sob acesso sexual, reprodutivo e laboral de homens. A lésbica, seja vivenciando ou não seu lesbianismo de maneira politicamente consciente, significa uma afronta à sociedade machista. Portanto, a lesbofobia (ódio às lésbicas) é sexismo, é um ataque frontal à autonomia das mulheres. O sexismo pressupõe que não podemos ser lésbicas, viver sem um homem, direcionar nossas energias para outras mulheres ou romper com a ideia machista de que nos odiamos ou que competimos entre nós.

Ainda, a estrutura heterossexista exige de um casal lésbico uma “passiva” e outra “ativa”, ou uma “feminina” e outra “masculina”, derivado de sua exigência da relação heterossexual: o homem-ativo e a mulher-passiva. Neste aspecto, os desejos e anseios das lésbicas são completamente aniquilados, pois não se admite que a mulher seja livre do ideal social de um objeto dependente do homem, disponível para a satisfação de seus prazeres e descartáveis após suas funções. Leva-se para os relacionamentos lésbicos modelos machistas já muito enraizados na sociedade em que vivemos.

Partimos do princípio de que ser lésbica não é um problema a ser resolvido. Tampouco somos lésbicas por quereremos concretizar um fetiche sexual masculino. Muito presente nos filmes pornográficos, ou numa rápida busca no Google, lésbicas são automaticamente ligadas ao sexo na visão masculina, da lésbica feita por homens e para homens, de forma a concretizar a violência e a ideia do papel nulo que a lésbica tem na sociedade. É algo muito presente nas festas que você também infelizmente presenciará na universidade. Aproveitando o gancho, um conselho: em festas na universidade ou aqui e acolá, se imponha. Nenhum cara tem o direito de te importunar, olhar a seco, falar idiotices para você (ou para você e sua namorada), te forçar a algo que você não queira, te forçar a qualquer constrangimento, nem mesmo te impedir de curtir uma

feira.

Na internet, está cada vez mais comum a exposição de crimes de ódio às mulheres, em especial às lésbicas. Diz-se que as lésbicas devem passar pela “correção” de seu “defeito”, o chamado “estupro corretivo”, a “cura de sua condição”, de colocá-la em seu devido lugar, seu lugar socialmente esperado, do domínio e acesso masculino. Infelizmente, na África do Sul vem crescendo este tipo de prática: 150 mulheres por dia sofrem deste tipo de violência, que é naturalizada pelas autoridades judicial e policial, que se negam a fazer boletim de ocorrência, o que aumenta o silêncio sobre este problema.

No ano de 2011, o STF aprovou por unanimidade o reconhecimento da união homoafetiva, que passou a ser regida pelas mesmas regras que se aplicam à união estável dos casais heterossexuais. Assim, casais homoafetivos no Brasil obtiveram direitos como comunhão parcial de bens, direito a pedir pensão em caso de separação judicial, direito de adoção de filhos, entre outros. No entanto, apesar das conquistas, a violência homofóbica ainda é uma constante. Segundo dados da ONG Grupo Gay da Bahia, em 2010, 250 homossexuais foram mortos/os no Brasil por crime de homofobia. Ainda, devemos destacar que o enorme obstáculo em sancionar a lei anti-homofobia, do texto original PLC 122/2006, que torna crime a homofobia (ver em: <http://www.plc122.com.br>), dificulta focalizar e punir estes crimes. Ainda não há proteção específica na legislação federal contra a discriminação por orientação sexual, por isso estima-se que 18 milhões de pessoas no Brasil continuam sofrendo com agressão e discriminação homofóbicas.

Assim, terminamos com um eco: lugar de lésbica não é no anonimato, no confinamento de sua rotina ou de suportar qualquer tipo de violência. O lugar das lésbicas é na política, nas escolas, nas ruas... É encarando de frente os comportamentos e pensamentos

criados e construídos em função da dominação das mulheres, e consequente repressão da sexualidade lésbica, que poderemos avançar na luta por uma sociedade mais justa.

** Para mais informações sobre violência contra lésbicas, consulte “Violência Contra Lésbicas – O Que Fazer?” em “Informações e Contatos Úteis”, no final deste manual.*

A permanência estudantil para mulheres

É impossível debater a questão da permanência na universidade desvinculada da questão do financiamento. Tendo em vista a restrição do acesso à Universidade, o que vemos também é a falta de políticas eficientes de permanência estudantil – o que reforça ainda mais a elitização da nossa universidade. Na Universidade de São Paulo, o investimento nessa área gira em torno de 3% do orçamento, sendo que destes, apenas cerca de 1/3 é diretamente revertido em assistência para alunas/os de baixa renda. Faltam vagas nas moradias (em algumas unidades, como a EACH, elas sequer existem) e bolsas que possibilitem a dedicação plena ao estudo, e esses problemas tornam-se ainda mais graves no caso das mulheres.

A Permanência Estudantil é concebida de forma “universal”, sem levar em consideração as particularidades e necessidades das estudantes. Não são incomuns os casos de mulheres expulsas das moradias estudantis por conta de gravidez. Apesar de existir na Cidade Universitária um bloco do CRUSP destinado exclusivamente às estudantes



mães, as vagas são insuficientes e não existe planejamento dentro da habitação para acomodar crianças. Além do mais, as alunas ingressantes que são mães não têm acesso ao alojamento (que é onde os alunos podem ficar enquanto não sai o resultado das vagas no CRUSP).

No que diz respeito à moradia, vale ressaltar um ponto: a COSEAS/SAS se silencia e ignora os casos de violência contra a mulher, tratando como algo a ser resolvido somente entre o agressor e a agredida e eximindo-se completamente da responsabilidade que deveria assumir para garantir a segurança das mulheres estudantes. Dessa forma, as dificuldades para uma mulher manter-se na moradia estudantil aumentam devido à situação de violência. Além do mais, vale lembrar: embora não se empenhe em prezar pela real segurança das estudantes, a mesma COSEAS/SAS vigia se as mulheres levam homens para seus quartos, além de perseguir aquelas/es que se envolvem com o Movimento Estudantil.

As creches são um instrumento que permite às mulheres terem autonomia, conseguindo manter-se no trabalho ou no estudo sem ser prejudicada pela necessidade de cuidar dos filhos – tarefa quase sempre atribuída à mulher. A USP tem uma grande deficiência com relação a isso, tanto em relação às estudantes como em relação às funcionárias (efetivas e, principalmente, terceirizadas) - e as calouras que são mães não podem participar do processo seletivo para creches porque ele acontece somente em novembro. É preciso que a USP se encarregue de proporcionar a quantidade que for necessária de creches, tanto para as estudantes quanto para as funcionárias, para que a mulher não precise deixar de estudar ou trabalhar para cuidar dos filhos.

Há, ainda, a questão das bolsas: as bolsas-auxílio não têm valor diferenciado, prevendo dependentes. Se o valor de uma bolsa dessas já é irrisório para um estudante manter-se em

São Paulo, a situação piora quando há também uma criança para sustentar. Além disso, mesmo não sendo bolsas estritamente acadêmicas (como a bolsa-alimentação), elas seguem critérios acadêmicos, e não socioeconômicos.

Quanto à carreira acadêmica, as bolsas de pesquisa não preveem licença maternidade/paternidade, e apesar de “ganharem” um ano extra para concluírem sua graduação, não está prevista no regimento interno da USP a licença-maternidade. É necessário que a graduanda tranque seu curso nesse período, tendo o prazo máximo de um ano, mesmo limite concedido a qualquer estudante – isso para não citar os casos de alunas-mães “incentivadas” por assistentes a abandonarem seus cursos. Já as pós-graduandas contam com 180 dias adicionais de licença-maternidade, conquistada somente no final do ano de 2012. Lembrando que os critérios dessas bolsas são somente acadêmicos, e não socioeconômicos. Uma bolsa de Iniciação Científica, por exemplo, é de cerca de 400 reais, e o bolsista não pode trabalhar. Além de ser um valor baixíssimo, leva as/os estudantes a procurarem empregos precarizados - sem vínculo formal - para complementar a renda.

É essencial, portanto, que a permanência estudantil esteja como pauta prioritária do movimento estudantil. Nesse sentido, é importante que lutemos pelos 10% do PIB para a Educação pública já. Essa foi uma proposta já



feita em 1998, porém, foi vetada pelos governos FHC e Lula. Hoje está em vias de aprovação o PNE, que estabelece como meta para daqui a dez anos a destinação de 10% do PIB para educação – pública e privada. A luta por uma permanência estudantil decente também é uma luta pelo financiamento, afinal, ter a educação como uma prioridade é destinar recursos para ela, garantindo que todos tenham condições de entrar e terminar um curso de graduação. Isso, ligado a um plano que pense de fato nos estudantes de baixa renda e nas mulheres possibilitaria melhorias reais nas políticas de assistência.

No ano de 2012, houve grandes mobilizações e greves nas Universidades Federais, devido à pouca estrutura dessas instituições, principalmente no que diz respeito à assistência estudantil. Foi uma luta muito importante, que garantiu conquistas. Em uma dessas mobilizações, por exemplo, na UFRRJ, as estudantes conseguiram mais um alojamento feminino. Na greve de 2013 da USP as pautas de permanência gerais e específicas das mulheres também ganharam espaço, apesar de não terem sido conquistadas.

É preciso que tenhamos essas lutas como exemplo de que precisamos que o ME seja também feminista, pautando a luta das mulheres. No ano de 2013, foi escolhido por eleição indireta com lista tríplice o novo reitor da USP, o Marco Antonio Zago. Sabemos que a falta de democracia está intrinsecamente ligada aos diversos problemas de acesso e permanência que temos na universidade e à invisibilidade das questões das mulheres, e isso reforça a necessidade de nossa mobilização.

Nós mulheres estudantes precisamos mostrar o quão importante é nossa luta dentro da Universidade, ao lado das/os professoras/es e funcionarias/os, principalmente as/os terceirizadas/os, pressionando para que o reitor atente e cumpra nossas pautas, como a garantia de creches, conciliação

da maternidade com a universidade, moradia para todas/os que precisarem, principalmente as mães, guarda universitária com contingente feminino, iluminação dos campi, ônibus circulares e ônibus municipais e intermunicipais frequentes e 24h.

Divisão Sexual dos Cursos

Você já deve ter notado que, segundo a lógica que corre por aí, alguns cursos são considerados “coisa de mulher”, e outros, “coisa de homem”. Os primeiros seriam os cursos de humanidades, como os de Letras, Pedagogia, Serviço Social, Biblioteconomia, e alguns da área da Saúde, como Enfermagem, Obstetrícia, Pediatria. Já os segundos, seriam os cursos como Medicina, Economia, Engenharia, etc.

Essa divisão não é por acaso. Ela decorre da Divisão Sexual de Trabalho, a divisão do trabalho social que resulta das relações sociais de sexo. Essa divisão relega às mulheres o espaço da esfera reprodutiva (trabalho de cuidados), e destina aos homens o espaço da esfera produtiva, que também produz maior valor social. Essa divisão é somente uma das divisões sociais do trabalho que existem, e assume diferentes feições em diferentes sociedades, ou seja, é mutável.

Na Universidade, as mulheres estão em cursos que supostamente seriam uma extensão do seu trabalho de cuidados, como a área da educação ou da saúde. Já os homens estão em cursos que mostram “liderança”, que são relacionadas ao espaço público, à esfera produtiva. Por exemplo: na Faculdade de Educação, existe um total de 713 mulheres estudantes e apenas 167 homens. Na Fonoaudiologia em Bauru, temos 87 homens e 276 mulheres, e, em contrapartida, na Poli temos 3885 homens contra 748 alunas de graduação, apenas.

Essa divisão existe também dentro das áreas e dos cursos: No Direito, por exemplo, as mulheres são direcionadas a atuar profissionalmente em áreas mais consultivas, por terem “cuidado”; já os homens são incentivados a desempenhar papéis relacionados a processos, por “tomarem a iniciativa”, etc. Essa divisão é, também, entre o aquilo que tem menos ou mais prestígio social.

É importante ressaltar que a divisão sexual do trabalho e dos cursos não é algo natural. Como afirmamos antes, ela muda de acordo com a sociedade que analisamos, por isso, não deve ser considerada como algo advindo da natureza. É preciso rechaçar veementemente qualquer tentativa de naturalização dos papéis impostos às mulheres e aos homens. A Divisão Sexual do Trabalho e dos cursos é uma construção, resultado de determinadas relações sociais. Nosso papel é justamente desmontá-la e mostrar que nós, mulheres, não nascemos para determinadas funções: podemos fazer o que quisermos com nossas vidas, entrar no curso que queremos e seguir a carreira que desejamos, pois não há obstáculos naturais/biológicos que nos impeçam de alcançar nossos objetivos.

As mulheres no Movimento Estudantil

Infelizmente, ainda não é possível afirmar que o machismo acabou, nem que está restrito apenas aos espaços conservadores. A opressão às mulheres está em todos os espaços, portanto também se reproduz no Movimento Estudantil (ME), o que acaba afastando mulheres da participação.

O movimento feminista tem autonomia para se organizar e pautar suas decisões sem que isso implique em dicotomia entre o movimento de mulheres e o ME, pois suas pautas estão intimamente ligadas e um deve fortalecer o outro.

Desde crianças, as mulheres são acostumadas a se sentirem à vontade, seguras, tranquilas, apenas em espaços domésticos, como nas suas casas. São os homens que vão para as ruas e podem ficar até mais tarde fora de casa. Desta forma, assim como em vários espaços da sociedade, são reservadas às mulheres que participam do ME, em geral, tarefas mais organizativas e burocráticas – fazer café, fazer atas, pintar cartazes (pois mulheres são consideradas mais caprichosas). É mais difícil para as mulheres se sentirem encorajadas a fazer falas em público, mesmo assim, muitas vezes, quando uma mulher se propõe a falar, acontecem formas de intimidação, seja pela falta de respeito ou atenção às falas. Essas intimidações, muitas vezes, levam as mulheres a não se posicionarem.

No ano passado, vimos uma importante Greve Geral Estudantil por mais democracia na universidade. Nós, mulheres, estivemos presentes nos diversos espaços desse processo, como protagonistas tanto da construção das mudanças que queremos ver na nossa universidade quanto da luta contra as opressões ainda existentes dentro de nossos instrumentos de transformação. Podemos ter como exemplo o fato de que, na ocupação da reitoria aconteceram casos de assédio físico e moral a mulheres que a estavam construindo aquele espaço e a greve diariamente. Ou ainda nos diversos fóruns do Movimento Estudantil que, durante momentos como uma greve costumam apresentar tensões, expressaram também o acirramento da opressão sofrida diariamente no próprio M.E., com gritos e



xingamentos durante falas de mulheres, fazendo com que militantes experientes e supostamente “acostumadas com o ambiente hostil”, retirassem suas falas. Mas a nossa auto-organização seguiu firme durante o processo, trazendo a discussão à tona, não deixando que manifestações de machismo passassem como naturais, muito menos em um espaço em que lutamos por um tipo de universidade e sociedade diferentes, onde esse tipo de atitude deve estar cada vez mais distante. Tendo isso em vista, a Frente Feminista organizou em uma assembleia geral da greve a intervenção “Assembleia Pra Valer Tem Que Ter Palavra de Mulher!”, em que mulheres e homens se vestiram de roxo, expuseram cartazes e distribuíram fitas roxas. Uma fala conjunta das mulheres da Frente no início da assembleia mostrou que o machismo não poderia estar presente no movimento estudantil e em nenhum outro lugar. Nós intervimos também na ocupação, impulsionando a organização das mulheres, sua participação na comissão de segurança e pensando um recorte feminista das pautas e bandeiras do movimento estudantil.

O machismo deve ser sempre repudiado, dentro e fora do ME, fortalecendo a inserção das mulheres na política e construindo a prática de ambientes mais democráticos. É nossa tarefa, como feministas, dar suporte e apoio para que novas protagonistas surjam no movimento e para que essas posturas sejam anuladas, criando um ambiente de respeito para todas e todos. Para superar o machismo, o ME deve tomar a luta do feminismo para si, uma vez que as demandas das mulheres não são menos políticas ou importantes do que as demais. As diversas formas de violência sofridas pelas mulheres, como o machismo, não podem passar despercebidas e devem ser pautas prioritárias do ME como um todo.

A violência sexista

O que é a violência contra as mulheres?

A violência sexista é uma manifestação do poder dos homens sobre as mulheres. É acompanhada, normalmente, de alguma justificativa que busca legitimar tal violência, por exemplo apontando para o comportamento da mulher: um homem pode agredir sua esposa por ela “não ter feito bem o seu trabalho em casa”, ou pode assediar uma mulher na rua pelo fato de ela “estar em um espaço público desacompanhada” ou “vestindo roupas ‘impróprias’”.

O tema da violência contra as mulheres é difícil de ser tratado, principalmente pelo fato de que devemos acreditar que não existem agentes nesta forma de violência, ou que os homens não detém fundamentalmente de poder para aplicar tal forma de violência - na maioria das vezes, acreditamos que a violência é empregada por meros “homens degenerados” ou “maníacos”. É isto o que torna a violência contra as mulheres tão difícil de ser tratada: desaparece o agressor (e responsabiliza-se a vítima), por não se reconhecer que a violência é parte normalizada do comportamento masculino que foi imposto aos homens e que, na maioria dos casos de agressão às mulheres, os agentes de tais agressões são homens próximos – o marido, o namorado, o amigo, um vizinho, parentes, colegas de trabalho, etc. Os responsáveis pela violência machista não apresentam necessariamente o estereótipo de “vilão”, o que torna difícil o reconhecimento da violência por quem a vê de fora (afinal, “um homem tão bom nunca

seria capaz disso”), e torna difícil também a denúncia, justamente por normalmente ser uma pessoa muito próxima (os casos acabam sendo tratados como “casos de família” e são silenciados, além do fato de que acabam sendo as mulheres as cobradas quando sofrem violência, por “não termos tomado os devidos cuidados”).

São diversos os tipos de violência, e muitas vezes eles vêm mascarados de proteção, amor (“crime passional”) ou raiva – como aquele namorado que proíbe sua companheira de usar determinado tipo de roupa para “protegê-la dos outros homens”. Queremos aqui evidenciar que isto é parte constitutiva da violência contra as mulheres e que parte de um argumento que visa justificar tal violência.

A violência contra as mulheres depende, em suma, da aplicação do poder masculino. Este poder inclui tipos específicos de violência, que serão assim divididos por motivos didáticos:

(1) Violência sexual: ato sexual feito contra a vontade da mulher ou menina, em suma, o estupro (lembrando que, perante a lei, não é mais preciso haver penetração vaginal para ser considerado estupro), inclusive o estupro marital; punição devido a adultério; restrições à masturbação feminina; clitoridectomia e infibulação; obrigatoriedade de sexualidade heterossexual e, mais especificamente, obrigatoriedade de intercurso heterossexual para uma sexualidade “validada” (e conseqüente negação/punição da sexualidade lésbica); constrangimento da sexualidade das mulheres aos homens, através da prostituição; naturalização da “pulsão” sexual masculina consistindo num direito (inclusive do casamento consistindo num direito dos homens em ter este acesso sexual às mulheres); da normalização forçada da mulher responder com prazer à violência sexual e à humilhação (como ocorre na pornografia).

(2) Violência econômica: ao explorar e controlar sua capacidade

produtiva, através do trabalho doméstico compulsório, por meio das instituições do casamento e da maternidade, consistindo estas as principais obrigatoriedades de trabalho feminino, que são justificadas com base no “amor” da esposa/mãe; trabalho feminino não-pago (como é usualmente o trabalho doméstico), mal-pago e precarizado; prostituição; dependência econômica do homem (privação, à mulher, de seu dinheiro; impedimento das mulheres de trabalhar; necessidade de consumir casamento como contrato financeiro).

(3) Violência reprodutiva: controle patriarcal do parto, do aborto e da contracepção; violência obstétrica; obrigação (naturalizada) de uma mulher ser mãe; esterilização forçada de mulheres (principalmente de mulheres não-brancas).

(4) Violência física: principalmente relacionada à violência sexual, podendo também consistir em espancamento e estrangulamento de mulheres; feminicídio e violência doméstica; confinamento de mulheres e privação de seus movimentos (por exemplo, exclusão das mulheres das ruas por meio do estupro como terrorismo); imposições estéticas que levam ao atrofiamento e confinamento das mulheres, como prática da mutilação genital feminina e de cirurgias estéticas para mulheres.

(5) Violência psicológica: rejeição, depreciação, inferiorização, humilhação, desrespeito e desqualificação da mulher pelo fato de esta ser mulher; utilização de xingamentos misóginos e prática corrente da violência verbal contra as mulheres; realização de ameaças; restrição da criatividade das mulheres; violência simbólica direcionada às feministas; incentivo para que a intimidação das mulheres pelos homens deva consistir como parte fundante da “masculinidade” dos últimos; naturalização da ideologia machista através do cumprimento forçado do gênero, reprimindo as mulheres que assim não seguirem o gênero feminino estipulado.

O SEU PARCEIRO:	
Bate, esmurra, esbofeteia, empurra ou morde você?	
Ameaça feri-la ou aos seus filhos?	
Ameaça ferir amigos ou membros da família?	
Tem súbitos acessos de raiva ou fúria?	
Comporta-se de maneira superprotetora?	
Fica com ciúmes sem motivo?	
Não a deixa visitar a sua família ou os seus amigos?	
Não a deixa ir aonde você quer, quando quer?	
Não a deixa trabalhar ou estudar?	
Destrói sua propriedade pessoal ou objetos de valor sentimental?	
Não a deixa ter acesso aos bens da família, como contas bancárias, cartões de crédito ou o carro?	
Controla todas as finanças e, obriga-a a prestar contas daquilo que você gasta?	
Obriga-a/força-a a fazer sexo contra sua vontade?	
Força-a a participar de atos sexuais que você não aprecia?	
Insulta-a ou chama-a por nomes pejorativos?	
Usa a intimidação ou a manipulação para controlá-la ou a seus filhos?	
Humilha-a diante dos filhos?	
Transforma incidentes insignificantes em grandes discussões?	
Maltrata ou ameaça maltratar animais de estimação?	
Se você sofre uma dessas coisas, pode estar sendo vítima de violência!	

Basta de Mortes por Abortos Clandestinos!

Os dados sobre abortos clandestinos no Brasil são alarmantes: a cada 9 minutos uma mulher morre em decorrência de aborto clandestino. Cerca de 1 milhão de mulheres realizam aborto nessas condições, sendo essa a quarta causa de morte materna, e a primeira no índice de internações de mulheres no SUS. Ou seja, apesar da criminalização, o aborto é uma prática recorrente; no entanto, as mulheres trabalhadoras, pobres e negras são as que mais morrem, pois não podem arcar com os altos custos de clínicas clandestinas.

Ano passado estava em discussão o Estatuto do Nascituro, uma proposta da bancada fundamentalista (evangélica, espírita e católica) do Congresso, que retira o direito de aborto nas poucas situações em que atualmente é permitido: em caso de estupro, feto anencéfalo, risco de vida para a gestante, proibindo até a “pílula do dia seguinte”. Conhecida como “bolsa estupro”, essa lei é uma forma de aprisionar cada vez mais as mulheres, tornando-as objetos de terceiros que podem violentá-las com a conivência do Estado.

Além da criminalização da mulher por decidir sobre o seu próprio corpo, o machismo que é reproduzido em todas as esferas do Estado capitalista e patriarcal impede que as mulheres tenham pleno direito à maternidade. Se por um lado somos bombardeadas com a ideia de que nosso papel na sociedade é ser mãe e cuidar do lar, por outro, quando queremos ter nosso direito à maternidade plena, este nos é negado pelo Estado: falta de acesso a serviços públicos essenciais como saúde e educação, empregos dignos que possibilitem a criação de nossos filhos em condições saudáveis, licença maternidade, creches, etc.

A legalização do aborto é uma pauta histórica do movimento feminista internacional e nós, como mulheres feministas,

a defendemos intransigentemente, além de ser contra o que representa a regressão dos direitos das mulheres, como é o caso do Estatuto do Nascituro. Dados de países como o Uruguai, que recentemente legalizaram o aborto, mostram que o número de abortos não aumenta com a legalização, e que se diminui drasticamente a morte causada por abortos (desde a legalização do aborto no Uruguai, em dezembro de 2012, até maio de 2013, nenhuma mulher faleceu vítima do procedimento).

Nesse sentido, ser favorável à descriminalização e legalização do aborto seguro, livre e gratuito não significa ser “contra a vida”; pelo contrário, é pela vida das milhares de mulheres que anualmente morrem por abortos clandestinos. Além disso, essa discussão é atrelada a reivindicações como educação sexual nas escolas para decidir, métodos contraceptivos de qualidade para não abortar e da real separação entre o Estado e a Igreja. Tirem suas mãos de nossos corpos!

DIGA NÃO AO ESTATUTO DO NASCITURO

aborto
As mulheres decidem A sociedade respeita O Estado garante

A violência na Universidade

Na Universidade, a realidade da violência contra as mulheres não é muito diferente. Primeiro, somos todas mulheres – estudantes ou não - e, com isso, estamos sujeitas à violência, seja

no espaço público, seja no espaço privado, pois não há políticas públicas efetivas de segurança e de combate à violência machista. Porém, o ambiente universitário guarda suas peculiaridades, como determinados tipos de festas, em que as mulheres são colocadas como parte das atrações, o assédio de professores contra alunas e professoras, além do trote, histórico ritual de passagem feito por veteranos para seus calouros. Para além das “boas-vindas”, o trote é um ambiente propício a inúmeros tipos de violência, entre eles, talvez o principal que possamos citar é o da violência sexista.

O trote machista – nós dizemos não!

O trote, como dissemos, é o momento em que os veteranos, em tese, dão as boas-vindas para seus calouros. Esse momento, porém, é espaço propício para inúmeras situações de violência contra a mulher. Muitas calouras são obrigadas/constrangidas a terem relações sexuais com seus veteranos, ou são expostas publicamente, como houve na UNB, em que foram obrigadas a lambar uma linguiça com leite condensado, simulando sexo oral. São inúmeras também as músicas “de torcida” em que as mulheres são colocadas em posição de submissão, como meros objetos que existem apenas para o deleite dos homens.

Muitos veteranos obrigam as calouras a beber, deixando-as vulneráveis a qualquer tipo de violência, inclusive a sexual. Depois disso, há a culpabilização da mulher pela violência que ela sofreu, pois há a velha cultura de que “cu de bêbado não tem dono”, quando na verdade estamos falando de estupro de vulnerável, reconhecido pela lei como crime qualificado. Há, ainda, “brincadeiras” como leilão de calouras, ou strip-tease. Podemos citar, inclusive, o “Miss Bixete”, que ocorre no campus de São Carlos, em que se contrata uma prostituta para tirar a roupa e induzir as outras meninas a fazerem o mesmo (colocando-se,

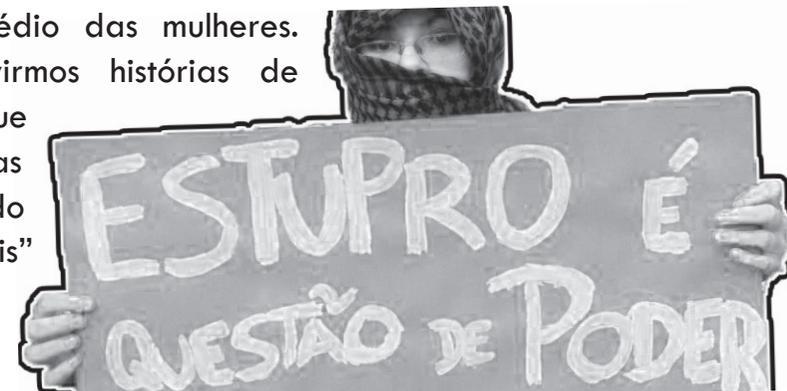
ainda, como estudante de Arquitetura, pois é o curso com maior presença de mulheres naquele campus), dentre inúmeros outros trotes machistas.

Há grande pressão para que as calouras participem dessas atividades, com a justificativa de que, se não o fizerem, serão “caretas” e não irão se enturmar com o restante de seus colegas, calouros ou veteranos. Isso nada mais é que coerção, para que as meninas se submetam a todo e qualquer tipo de exigência de seus veteranos. Por mais que afirmem que essas “atividades” ou “atitudes” são mera brincadeira, são, na realidade, atos de violência, fruto de uma cultura que diminui as mulheres e que as trata como objeto para o prazer masculino.

Por isso, dizemos não ao trote machista! A entrada na Universidade deve ser marcada pela confraternização saudável entre veteranas/os e calouras/os, e não por violência. Mulheres não são objeto, e devem ser tratadas com respeito!

O Assédio Sexual na Universidade

Além de uma relação de poder entre homens e mulheres, possuímos uma série de hierarquias na sociedade que estão presentes também no âmbito universitário: caloura/veterano, trabalhadora/patrão, aluna/professor. É importante entendermos que a universidade não está imune ao assédio das mulheres. É comum ouvirmos histórias de professores que assediam suas alunas, obtendo “favores sexuais” através de ameaças de



recuperação e/ou reprovação. Muitas ficam em silêncio pois, além do medo de uma possível reprovação, não há apoio para as que fazem a denúncia. As que denunciam têm de arcar com muitas consequências, como uma possível punição no meio acadêmico (recuperação, reprovação, expulsão) e a exposição a que podem ser submetidas, bem como a “fama” que podem adquirir, fruto de nossa cultura de culpabilização da mulher, ao invés de punição dos verdadeiros culpados.

Essa realidade não é diferente para professoras e funcionárias não-docentes. Muitas são alvo do assédio sexual, especialmente se estiverem em uma posição hierarquicamente inferior à de seu agressor (principalmente as funcionárias, que não só fazem parte da categoria mais “inferiorizada”, como normalmente ocupam os postos de trabalho mais precarizados - lembrando que a maioria das funcionárias são negras, ou seja, a situação torna-se ainda mais difícil para elas). Muitas destas mulheres, no ambiente de trabalho, têm medo de perder o emprego.

Queremos aqui fazer um adendo importante em relação ao assédio de mulheres nas festas da USP: não tenha medo de reprovação de colegas (por exemplo, caso não queira ficar com um cara, ou caso queira se manifestar sobre a atitude dele em relação a você), não acredite que a culpa é sua e procure apoio de outras mulheres e/ou coletivos feministas na USP.

A segurança

A questão de segurança na universidade tampouco nos favorece. A Universidade sequer possui os números de assédio sexual, verbal, estupros cometidos, pois as ocorrências são documentadas como ocorridas nos arredores e não dentro dos campi. Com a situação invisibilizada, não se investe em medidas de

combate à violência machista como uma política da Universidade.

A administração ignora que o transporte circular (nos campi em que existe) muitas vezes demora para passar e, por falta de iluminação e circulação de pessoas nos locais, ficamos vulneráveis e inseguras, situação que se agrava aos fins de semana e no período noturno. A Guarda Universitária não tem preparo para atender e amparar mulheres que sofreram agressão, e faltam mulheres em seu contingente para fazer esse atendimento, que precisa ser diferenciado. A Guarda não oferece, ainda, nenhum tipo de medida especial para atender e proteger mulheres que sofrem violência por parte de seus parceiros, ou mesmo seus colegas de quarto, o que ocorre muitas vezes na moradia estudantil.

A resposta da reitoria para essa grave situação é a presença da Polícia Militar no campus. Essa medida faz parte de uma política de militarização da sociedade, não tendo nada tem a ver com segurança e sim com controle e repressão d@s estudantes. A presença da PM no campus desde 2011 não reduziu os problemas de machismo dentro do campus, como estupros e agressões, havendo, inclusive, denúncias de posturas machistas por parte da própria Polícia Militar.

Além do mais, a Reitoria mostra-se pouco disposta ao diálogo e ao enfrentamento à violência quando proíbe certas festas, mas admite outras que incitam a violência contra as mulheres (em sua divulgação, cartazes, etc). Por isso, é preciso lutar por políticas realmente eficientes, como a mudança da Guarda Universitária – pois, além de não possuir um treinamento específico para tratar com mulheres em situação de violência, muitas vezes acaba cumprindo um papel de controle sobre @s estudantes – e a inclusão de um contingente de mulheres, maior iluminação, mais circulares, documentação adequada dos casos que acontecerem dentro dos campi. Além disso, é necessário também exigir que a Universidade reconheça a violência contra a mulher como um crime

e que tome as medidas necessárias para combatê-la, deixando de a considerar como algo que diz respeito somente à mulher agredida.

Outro ponto importante de citar, que envolve também a segurança, é a abertura dos campi da USP: um lugar aberto à população é um lugar ocupado, com vida, e traz mais segurança para quem o frequenta. As medidas do último reitor, João Grandino Rodas, têm fechado cada vez mais a USP para a população: no campus Butantã, a partir das 20h, só entram aqueles com carteirinha, as linhas de ônibus estão sendo extintas, e o circular que vai do metrô até o campus é pago, dificultando o acesso daqueles que não são institucionalmente ligados à Universidade, além das inúmeras tentativas de fechar as portas completamente a São Remo, comunidade ao lado da USP. Essa é uma política que parte do raciocínio de que aqueles que estão fora da USP são uma ameaça aos estudantes.

Essas medidas servem apenas para afastar a população, que deveria poder usufruir do espaço da USP, que é uma universidade pública, e não para maior segurança; ao contrário: esvaziam o campus, deixando-o completamente deserto, um espaço suscetível a assaltos e até mesmo a estupros, por exemplo.

O que fazer?

Obviamente cada uma de nós deve, individualmente, tentar combater o machismo em nossas respectivas vidas, denunciando as situações sexistas, bem como lutando pela igualdade. No entanto, por se tratar de um problema social, não de um problema individual, devemos enfrentar o problema em grupo; acreditamos que é só através

da ação coletiva nós podemos alcançar nossa real emancipação. Um coletivo ou uma frente de mulheres permite a troca de experiências e a ajuda mútua nesse combate, além de ser muito mais seguro enfrentar certas situações de machismo em grupo do que individualmente. Por isso, incentivamos que vocês procurem ou formem coletivos feministas nos respectivos cursos e façam parte da Frente Feminista da USP, pois unidas nós conseguimos muito mais!

No ano de 2011, por exemplo, a Frente realizou o I Encontro de Mulheres Estudantes da USP, que foi um importante espaço de formação e formulação feminista dentro de nossa Universidade. A partir dele, conseguimos estabelecer metas de atuação, bem como delimitar as exigências a serem feitas à Universidade. Pretendemos fazer um segundo Encontro em 2014, provavelmente no segundo semestre, e esperamos que o maior número possível de mulheres participe e construa conosco!



Em 2013, organizamos em outubro uma Semana de Combate à Violência Contra a Mulher, no qual tentamos abordar as diversas faces da violência que as mulheres sofrem em seu dia a dia – as agressões físicas, a violência da mídia, a violência racista, a violência lesbofóbica, a violência do mundo do trabalho, a violência da cultura do estupro, a violência doméstica. Realizamos atividades em vários campi e cursos, alguns mistos e outros somente para mulheres e com diferentes dinâmicas, tais como mesas com convidadas, grupos de discussão e atividades interativas. No final, organizamos um Sarau Feminista, espaço

importante de reafirmação da nossa luta e de confraternização e socialização.

No ano de 2013, conseguimos também a partir da Frente Feminista inserir um recorte feminista nos eixos de luta estabelecidos na greve estudantil, todos aprovados e incorporados pela Assembleia Geral dos Estudantes. Na questão da segurança interna da USP, por exemplo, reivindicamos uma guarda efetiva feminina e com treinamento para casos de violência contra a mulher; sobre a moradia estudantil, ressaltamos a necessidade de moradias que atendam às necessidades das mulheres mães. Achamos que essa atuação foi importante, porque conseguir trazer uma abordagem feminista às lutas do Movimento Estudantil é uma tarefa que temos como constante para nós.

Outros exemplos de organização das mulheres em torno de suas pautas são as datas já históricas do movimento feminista, quase sempre acompanhadas de passeatas de luta, talis como o Dia Internacional da Luta das Mulheres (8 de março), Dia Internacional da Mulher Afro-Latino-Americana e Caribenha (25 de Julho), o Dia da visibilidade Lesbica (29 de agosto) e o Dia pela Descriminalização do Aborto na América Latina e Caribe (28 de setembro).

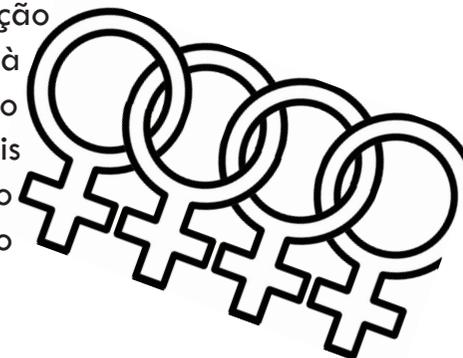
Auto-organização

Muitos questionam porque a Frente Feminista da USP organiza-se em reuniões restritas a mulheres - em outras palavras, porque somos auto-organizadas. Ao contrário do que isso possa sugerir, não prezamos uma suposta superioridade das mulheres. Valorizamos a disposição de nossos colegas em combater conosco, cotidianamente, o machismo, assim como qualquer outra forma de opressão; no entanto, defendemos que, para resolver essas desigualdades, devemos ter os oprimidos à frente da luta.

A mulher, nesta sociedade machista, é impedida de desenvolver suas potencialidades. Comentários acerca de sua vestimenta, piadas que a infantilizam e outras formas de opressão, muitas vezes, aplicadas de forma inconsciente, são elementos que a intimidam. Não à toa, mais homens falam em assembleias do movimento estudantil. Por todos esses reflexos da opressão, as mulheres necessitam vivenciar espaços em que se sintam confortáveis; em que possam expor suas angústias e se fortalecer por meio da solidariedade feminista.

A auto-organização permite que as mulheres tenham liberdade para tomar a dianteira da defesa de si mesmas, inclusive quebrando a ideologia de que os homens são necessários para nossa defesa. Um caso de machismo não é um caso isolado: ele nos afeta em conjunto. E, sendo as mulheres o alvo de tais violências, é coerente que coletivamente queiramos protagonizar essa luta. Achamos que a reivindicação de que as mulheres se apropriem de uma luta que é delas é, no mínimo, justa. Auto-organização feminista não significa, portanto, sexismo. Mesmo porque, devido à nossa estrutura social, quando se fala de sexismo, trata-se necessariamente da supremacia masculina, visto que as mulheres jamais dispuseram historicamente de mecanismos sistemáticos (econômicos, políticos, ideológicos...) para oprimir os homens.

Assim, ao criar um espaço exclusivo, nós mulheres não estamos rechaçando a contribuição dos homens, mas respondendo à experiência histórica de termos sido sempre secundarizadas nos mais diversos espaços e nos tornando protagonistas no combate contra o que nos oprime.





Aqui está uma pequena lista dos coletivos de mulheres que já existem nos cursos da USP. Se não houver um em seu curso, fale com suas colegas, construa um! Nossa organização depende somente de nós.

Coletivo de Mulheres do CAASO e UFSCar
(USP - São Carlos)

email: coletivo_mulheres_caaso@googlegroups.com

face: www.facebook.com/oletivodemulhresdocaasoefscar

Coletivo Dandara
(Direito - São Francisco)

<http://coletivofeministadandara.blogspot.com.br/>

<http://www.facebook.com/coletivo.feministadandara?fref=ts>

Coletivo Feminista Capitu
(Direito - Riberão Preto)

<http://www.facebook.com/coletivofeminista.capitu>

Coletivo Feminista Marias Baderna
(Letras - FFLCH)

<http://coletivomariasbaderna.wordpress.com/>

<http://www.facebook.com/mariasbaderna>

Coletivo Feminista Lélia Gonzalez
(Ciências Sociais e Filosofia - FFLCH)

<http://coletivoleliagonzalez.wordpress.com/>

<http://www.facebook.com/coletivofeminista.eliagonzalez>

Coletivo Feminista da História e Geografia
(História e Geografia - FFLCH)

<https://www.facebook.com/coletivofeministahg>

Poligen - Grupo de Estudos de Gênero
(Engenharias - Poli)

<http://poligen.polignu.org/>

<https://www.facebook.com/poligenUSP>



* *Livremente Inspirado no Manual do Calouro do CAHIS.*

ADUSP: Associação dos Docentes da USP - Sindicato dos Professores da USP. Também protagoniza as mobilizações em torno da defesa da educação pública, junto com os estudantes e funcionários. | www.adusp.org.br

AMORCRUSP: Associação dos Moradores do CRUSP.

APG: Associação dos Pós-Graduandos. É a entidade representativa dos estudantes de pós-graduação da USP, representados também pelo DCE-Livre.

ASSEMBLEIA DOS ESTUDANTES: um dos fóruns de deliberação do Movimento Estudantil. Pode ser de curso, de campus ou geral. São chamadas para debater e deliberar sobre pautas importantes aos estudantes durante o ano. Na Assembleia, que é dirigida pelo DCE, (ou CA, no caso da de curso), todos os alunos tem voz e voto.

CA, DA ou SA: Centro Acadêmico, Diretório Acadêmico ou Secretaria Acadêmica (depende do seu curso). São as entidades representativas dos estudantes em cada curso.

CCA: Conselho de Centros Acadêmicos. Fórum que reúne todos (ou o mais próximo disso possível) os centros, diretórios e secretarias acadêmicas (CA, DA e SA) para discutir e tirar diretrizes sobre as pautas do movimento estudantil.

CEPE-USP: Centro de Práticas Esportivas da USP, fica ali entre a Faculdade de Educação e os blocos do CRUSP. Tem piscinas, quadras, trilha para corrida, sala de musculação, campo de futebol, etc. Lembrando que pra usar a piscina você precisa fazer um exame médico, pode ser feito no próprio CEPE por \$10.

CINUSP: sala de cinema gratuita, onde são exibidos bons filmes às 16h00 e 19h00. Para conferir a programação é só acessar: <http://www.usp.br/cinusp>

C.O.: sigla politicamente correta para Conselho Universitário, instância maior de decisão da política universitária, cujo poder encontra-se nas mãos de alguns poucos professores titulares.

CoG: Conselho de Graduação. Como o próprio nome diz, discute assuntos referentes à Graduação. Por este Conselho passam, por exemplo, casos de jubramento: então fique atenta, você pode precisar dele.

CONGRESSO DOS ESTUDANTES: realizado, em geral, a cada 2 anos, é o fórum máximo de deliberação do Movimento Estudantil. Os alunos elegem delegados em seus cursos ou unidades para representarem os demais. Este fórum tira resoluções políticas sobre a universidade e a sociedade e delibera diretrizes de atuação para o Movimento. No ano de 2012 foi realizado o XI Congresso.

CRUSP: Conjunto Residencial da USP. República na faixa. Pra morar lá, é feita uma seleção socioeconômica entre os

interessados. Caso o aluno seja sorteado, ele somente poderá ter acesso ao apê em maio. Por falta de investimentos, o número de vagas é insuficiente para os que dele necessitam. Caso você fique sem vaga, você pode procurar o SAS, lá você encontra uma lista de repúblicas próximas a USP (é bem mais fácil que bater perna pela Av. Corifeu atrás de alguma casa). | Contato: 3091-2043

DÉDALUS: sistema informatizado de pesquisa ao acervo da biblioteca. Você pode realizar consultas em sua casa inclusive, a partir do site: www.sbd.fflch.usp.br.

DCE: Diretório Central dos Estudantes, uma espécie de Centro Acadêmico geral da USP; entidade que representa todos os estudantes da USP e para a qual ocorrem eleições anuais. | www.dceusp.org.br

EDUSP: a livraria da Editora da USP.

GUARDA UNIVERSITÁRIA: trupe que patrulha o campus da USP. Em geral não impede o roubo de carros, mas eficientemente expulsa as crianças moradoras da favela São Remo, vizinha da USP. Em geral anda acompanhada de sua prima mais forte, a PM.

H.U.: vulgo Hospital Universitário, onde as/os estudantes, professoras/es e funcionárias/os têm direito a atendimento gratuito, mas não confie muito: as consultas, quase sempre, demoram para ser realizadas. | Tels: 3039-9240/9241.

JÚPITER (Sistema Jupiter): É o sistema de matrículas da graduação, e serve também para acompanhar notas, avanço nas matérias do curso, etc. É um sistema muito complicado, e nem quem está se formando pode dizer que o conhece bem.

MAC: Museu de Arte Contemporânea da USP. | <http://www.macvirtual.uspbr/mac>

MAE: Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. Foi criado em 1989 e conta hoje com um acervo de 120 mil peças.

PRÓ-ALUNO: lá você pode acessar a internet e imprimir

trabalhos (se sua cota não tiver esgotado, e se a impressora estiver funcionando).

REITOR: chefe Supremo da USP (pelo menos é assim que se sente). Escolhido pelo Governador do Estado, cumpre papel de interventor do mesmo na Universidade. É ele quem nomeia outros cargos, como os diretores de unidade e pró-reitores.

SAS: Superintendência de Assistência Social. Órgão responsável pela assistência aos estudantes e funcionários da USP, como restaurantes universitários, moradia, creches, passe escolar e bolsas alimentação e trabalho. | <http://www.usp.br/coseas/>

SECRETARIA: lá você pode pedir o e-mail de algum professor ou perguntar se ele está (ou estará) no prédio naquele dia, e demais coisas.

SINTUSP: Sindicato dos Trabalhadores da USP. É a entidade representativa dos funcionários não-docentes da USP.

Termos Usados no Movimento Estudantil (ME) e/ou no Movimento Feminista

ABSTENÇÃO: é o voto “em branco” nos fóruns do ME. Abster-se é não votar nem favorável, nem contra determinada proposta.

DELEGADO: eleito para representar os estudantes do curso em Congressos, como o dos Estudantes da USP ou o CONUNE (Congresso da UNE).

ENCAMINHAMENTO: toda pauta termina com um. É a determinação das ações em relação àquele assunto, bem como os responsáveis por ela.

MESA: dirige os trabalhos dos fóruns do ME. É quem controla os tempos de fala e encaminha as pautas.

PAUTA: assunto(s) a ser(em) discutido(s) em determinado fórum.

QUÓRUM: número mínimo de pessoas a ser atingido para dar validade às decisões do fórum. Caso contrário, as decisões são apenas indicativas.

RELATORIA: ata do fórum. Registra os principais acontecimentos, bem como os encaminhamentos e deliberações.

MACHISMO: trata-se de um conjunto de práticas, comportamentos e frases violentos para com as mulheres.

FEMINISMO: movimento social, filosófico e político que tem como meta a libertação das mulheres e direitos equânimes (iguais) entre mulheres e homens.

SEXISMO: termo que se refere ao conjunto de ações e ideias que privilegiam um determinado sexo (ou, por extensão, que privilegiam determinada orientação sexual) em detrimento de outro sexo (ou orientação sexual).

MISOGINIA: ódio ou desprezo ao sexo feminino.

OPRESSÃO: efeito negativo experimentado por pessoas que são alvo do exercício de preconceito e poder desigual numa sociedade ou grupo social.

Calendário Feminista

24 de fevereiro		Direito ao Voto às Mulheres Brasileiras
8 de março		Dia Internacional da Mulher
28 de maio		Dia Internacional de Ação pela Saúde da Mulher e Combate a Mortalidade Materna
21 de junho		Dia Internacional da Educação Não Sexista
29 de agosto		Dia da Visibilidade Lésbica
23 de setembro		Dia Internacional Contra a Exploração Sexual e o Tráfico de Mulheres e Crianças
28 de setembro		Dia pela descriminalização do Aborto
10 de outubro		Dia Nacional do Combate a Violência Contra Mulher

11 de outubro	Dia Internacional da Mulher Indígena
15 de outubro	Dia Mundial da Mulher Rural
20 de novembro	Dia Nacional da Consciência Negra
25 de novembro	Dia Internacional de Combate à Violência Contra a Mulher
01 de dezembro	Dia Mundial da Luta contra a AIDS
18 de dezembro	Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher – CEDAW



Central de Atendimento à Mulher

Este serviço é destinado a atender denúncias, orientar e encaminhar os casos de violência contra a mulher. O número colocado à disposição, considerado de utilidade pública, 180, permitirá ligações de todo território nacional.

Delegacias da Mulher no Estado de São Paulo

1ª Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher
Endereço: R. Dr. Bittencourt Rodrigues, 200 - Sé
Tel.: (11) 3241-3328

2ª Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher
Endereço: Av. Onze de Junho, 89, 2º andar - Vila Clementino
Tel.: (11) 5084-2579

3ª Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher

Endereço: Av. Corifeu de Azevedo Marques, 4300, 2º andar - Jaguaré
Tel.: (11) 3768-4664

4ª Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher
Endereço: Av. Itaberaba, 731, 1º andar - Freguesia do Ó
Tel.: (11) 3976-2908

5ª Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher
Endereço: R. Dr. Corinto Baldoíno Costa, 400 - Parque São Jorge
Tel.: (11) 6941-9770

6ª Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher
Endereço: R. Sargento Manoel Barbosa da Silva, 115 - Campo Grande
Tel.: (11) 5686-1895

7ª Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher
Endereço: R. Dríades, 50, 2º andar - Vila Jacuí
Tel.: (11) 6154-1362

8ª Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher
Endereço: Av. Osvaldo Valle Cordeiro, 190 - Jardim Marília
Tel.: (11) 6742-1701

9ª Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher
Endereço: Av. Menotti Laudisio, 286 - Pirituba
Tel.: (11) 3974-8890

Observação: A única delegacia da mulher que funciona 24h por dia, todos os dias, é a 1ª. As outras funcionam, geralmente, em horário comercial.

Violência Contra Lésbicas – O Que Fazer?

*Informações adaptadas de:

<http://sapatomica.com/blog/2013/07/24/sobre-lesbofobia-e-como-denunciar/>

Primeiramente, no Brasil a homofobia ainda não é considerada crime. Porém, alguns estados e municípios têm leis que nos protegem e estabelecem multas e outras formas de punição para o agressor. Primeiramente, é importante verificar qual o tipo de agressão sofrida.

1) Se a agressão sofrida por lesão corporal, ameaça, injúria (ser ofendido em sua dignidade), calúnia (ser acusado falsamente de crime) ou difamação (alguém impor ato ofensivo à sua reputação) o ato praticado é crime por si só.

Neste caso, deve ser feito um Boletim de Ocorrência no DECRADI (Delegacias de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância) e haverá um processo criminal.

a) Se houver LESÃO CORPORAL, necessário se apresentar pessoalmente, na cidade de São Paulo, no DECRADI (Rua Brigadeiro Tobias, 527 – 3o. andar – Luz – São Paulo – SP/ Tel.: 3311-3555). Se você morar no interior ou em outro Estado deve procurar a delegacia mais próxima do local da agressão ou da sua residência.

b) Se houver somente AMEAÇA, INJÚRIA, CALÚNIA ou DIFAMAÇÃO, ainda sim há crime, mas o B.O. poderá ser feito na internet (no Estado de São Paulo), na Delegacia Eletrônica: <http://www.ssp.sp.gov.br/bo/>

2) No caso de outras atitudes que não configurem crimes, haverá um processo administrativo em que o agressor é chamado e sofrerá a punição prevista na lei. Assim, estando no estado de São Paulo, você poderá fazer uma denúncia para a Coordenação

de Políticas Para a Diversidade Sexual da Secretaria da Justiça de São Paulo, através do endereço: http://www.justica.sp.gov.br/novo_site/Modulo.asp?Modulo=608

Observação: é importante sempre ter as informações anotadas, em local acessível, para no momento em que for necessário, utilizá-las.

Entre em contato! Participe das reuniões da Frente Feminista da USP!

E-mail: frentefeministausp@gmail.com

Blog: frentefeministausp.wordpress.com

Facebook: www.facebook.com/frentefeminista.usp

“Lutamos por um mundo onde sejamos socialmente iguais,
humanamente diferentes e
totalmente livres”
Rosa Luxemburgo



